



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2014
(do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para discutir denúncias de redução indevida na atividade investigativa do órgão, bem como sobre o corte de verbas das unidades que investigam o uso de verbas federais pelos municípios em ano eleitoral.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50 e art. 219 do Regimento Interno desta Casa, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para discutir denúncias de redução indevida na atividade investigativa do órgão, bem como sobre o corte de verbas das unidades que investigam o uso de verbas federais pelos municípios em ano eleitoral.

JUSTIFICAÇÃO

Reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” revelou que o Ministério Público Federal deu início a investigação para apurar a diminuição das fiscalizações de municípios que recebem verbas federais no âmbito da Controladoria Geral da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo a reportagem, os recursos para passagens e diárias dos auditores foram reduzidas em 25%, enquanto a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) perdeu mais de 50% da sua verba de custeio.

Caso as suspeitas se confirmem, estaríamos diante de um caso grave de descumprimento do dever de ofício de investigar e fiscalizar o uso de verbas federais transferidas a municípios justamente em ano de eleição.

Segue a íntegra da notícia publicada no dia 19 de maio de 2014 pelo jornal "O Estado de São Paulo":

Inquérito apura queda de fiscalização

Ministério Público pede investigação sobre redução de municípios que recebem verba federal vistoriados pela Controladoria-Geral da União

19 de maio de 2014 | 2h 07

Fábio Fabrini - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O Ministério Público Federal abriu inquérito civil para investigar a redução, pelo governo Dilma Rousseff, do número de fiscalizações da Controladoria-Geral da União (CGU) em municípios que recebem verbas federais. A Procuradoria da República no Distrito Federal apura o porquê do corte de recursos para as auditorias em 2013, ano pré-eleitoral, medida que impacta as ações de controle e combate à corrupção.

O inquérito, iniciado em 28 de abril, visa averiguar se houve irregularidades na reprogramação dos trabalhos da CGU sob a nova realidade orçamentária, além de buscar eventuais soluções para aprimorar o funcionamento do órgão, parceiro do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPF na apuração de desvios e malversação de dinheiro público.

Em 2013, caíram em 25% os recursos para passagens e diárias de auditores que percorrem o Brasil fazendo o pente-fino nas prefeituras. Elas são escolhidas por meio do Programa de Fiscalização por Sorteio, que existe desde 2003 e no qual estão incluídos municípios de até 500 mil habitantes. O problema foi noticiado pelo **Estado** em novembro do ano passado.

Em 2004, o órgão de controle, espécie de "xerife" do governo federal, chegou a fiscalizar 400 municípios. Esse número diminuiu ao longo do tempo, chegando a 180 em 2010, último ano do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na gestão Dilma, as fiscalizações despencaram. Foram 120 em 2011, 84 em 2012 e 60 no ano passado.

A CGU nega motivação político-eleitoral nos cortes, justificando que eles são resultado do contingenciamento de recursos que atingiu todos os ministérios. Em 2013, o orçamento destinado ao órgão de controle era de R\$ 84 milhões, mas, com os cortes determinados pelo governo, ele ficou em R\$ 79 milhões. Ao fim, foram pagos, em valores previstos para o ano, R\$ 68 milhões, fora outros R\$ 13 milhões de restos a pagar (compromissos de anos anteriores, quitados no exercício).

O resultado é que a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), responsável pelo pente-fino nos municípios, teve mais de 50% da verba reduzida. Em 2012, o setor recebeu R\$ 13,7 milhões; em 2013, 6,7 milhões (já incluídos os restos a pagar).

A crise no ano foi tão aguda que o órgão teve de fechar temporariamente uma de suas sedes em Brasília, onde funcionava a Corregedoria-Geral, por falta de dinheiro para pagar condomínio, limpeza, água, luz e energia. "O fato é que,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

com ou sem eventuais cortes, o orçamento é subdimensionado", admite a CGU em nota.

Previsão. A perspectiva para 2014 não é de melhoria, já que o orçamento previsto é ainda menor: R\$ 77 milhões. Não por acaso, o número de municípios fiscalizados no ano continuará em 60. O sorteio de uma segunda leva de prefeituras a serem vistoriadas foi cancelado.

Sem condições de contornar as dificuldades, a CGU alega ter realocado servidores para a realização de outras tarefas, buscando concentrá-los em trabalhos nas sedes regionais do órgão, nas capitais.

"A única vantagem é que neste ano não haverá surpresas, pois fomos poupados do contingenciamento ocorrido no início do ano e a promessa é que não seremos contingenciados, mesmo porque não teríamos como funcionar", afirma a CGU.

O ministro da pasta, Jorge Hage, pediu ao Ministério do Planejamento crédito suplementar de R\$ 17 milhões.

Como se pode perceber da leitura das notícias acima transcritas, as informações divulgadas são preocupantes e precisam ser esclarecidas.

Assim, a convocação do Ministro Jorge Hage, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 2014.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP